

## **OBSERVATÓRIO DE EGRESSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO: DISPOSITIVO PARA ENTENDER AS POLÍTICAS CIENTÍFICAS E FOMENTAR IMPACTO DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS EM PROL DO BEM COMUM**

Ana Maria Netto Machado – [laborescrita@gmail.com](mailto:laborescrita@gmail.com) - UNIPLAC  
Ridha Ennafaa - Ridha Ennafaa - [ridhaennaftaa@gmail.com](mailto:ridhaennaftaa@gmail.com) - UNIVERSITÉ Paris 8  
Vanir Peixer Lorenzini - [vanirlp@gmail.com](mailto:vanirlp@gmail.com) - UNIPLAC

Apresentamos problematização e resultados parciais de uma pesquisa-observatório, com foco na distância-aproximação entre mundo acadêmico (comunidade científica) e a sociedade (diferentes setores do mundo do trabalho). Egressos da pós-graduação (PG), mestres e doutores, são importantes atores sociais (possíveis protagonistas) nessa interface. A pesquisa partiu da crítica ao chamado produtivismo acadêmico, como desviante com relação aos objetivos últimos da produção de conhecimentos e da ciência: contribuir para melhorar a vida de todos. Muitos países, como o Brasil - que inspira alguns estados da CPLP menos desenvolvidos no segmento acadêmico-científico - vem investindo na formação de mestres e doutores. Porém, diversos trabalhos revelam que o titulado melhora suas condições de trabalho, mas em muitos casos não consegue aproveitar os resultados de sua tese ou dissertação no seu posto de trabalho, caracterizando desperdício de recursos públicos. A contribuição das descobertas das pesquisas não se efetiva na sociedade, pouco melhora a condição de vida das pessoas, pouco amplia a cultura geral ou aprofunda a democracia. Os resultados desta pesquisa revelam um mapeamento parcial desta realidade a fim de colaborar para o aprimoramento das políticas científicas. A pesquisa é realizada em um dos estados brasileiros, porém dialoga com resultados de pesquisas estrangeiras e poderá alertar CPLP para evitar reproduzir políticas aparentemente bem sucedidas, mas que de fato ficam muito aquém da expectativa e confiança depositada na ciência. Resultados de pesquisa precisam ter impacto na sociedade. Como questão de fundo, resta discutir a que e a quem a ciência nestes moldes produzida está servindo em tempos de globalização.

### **Palavras-chave:**

Pós-graduação. Mestres e Doutores. Egressos. Comunidade Científica. Políticas científicas.

## ***1. O egresso de Mestrado-Doutorado nas Políticas Científicas e de Pós-graduação: a conexão entre mundo acadêmico e sociedade***

No contexto da expansão da pós-graduação ocorrido no Brasil nas três últimas décadas, o segmento da população com titulação de mestre e doutor, que anteriormente praticamente não existia em nosso país, pelo menos dobrou. De 2001 a 2010, a quantidade de titulados por ano no país passou de 26 mil para cerca de 53 mil (BRASIL-CAPES, 2011).

Considera-se estratégica para o país a formação de mestres e doutores. Aposta-se em que a ciência, ao gerar inovação, proporciona crescimento econômico, que seria condição para o desenvolvimento econômico e social. Baseado nesta premissa, é meta do governo brasileiro em exercício assegurar posto nos *rankings* mundiais dos países desenvolvidos, recaindo sobre o sistema de PG e seus egressos grande expectativa. Mestres e Doutores estão entre os protagonistas das transformações da sociedade.

Fomentado por diversos ministérios (Educação, Ciência e Tecnologia e outros) a PG é cada vez mais central para atingir a ambiciosa meta estatal. Apesar de imprescindível não é suficiente. Preocupa o destino do novo doutor após a titulação. Encontrarão estes egressos espaços no mundo do trabalho preparados para acolhê-los, onde possam aproveitar os resultados de suas investigações, implementando mudanças? As perguntas cabem quando focamos espaços e tempos do mundo do trabalho no qual os egressos<sup>1</sup> poderão inserir-se. É interessante constatar, por depoimentos manifestos em seminário para discutir o papel dos egressos da PG, que os pós-graduandos não se fazem tal pergunta. O mundo acadêmico captura suas atenções e questionamentos sobre o futuro raramente emergem. Uma nova vida que implica em incorporar a inclusão na comunidade científica.

Ao não se pensar-debater sobre o período PG a consciência sobre os problemas que enfrentarão no futuro mostra-se estreita. O esforço por manter-se no circuito acadêmico-científico não deixar tempo-espaço para preocupações a carreira.

Bourdieu (2011) tece explicação para esse fato em *O homo academicus*. Ele afirma que os jovens doutores se inclinam a publicar, buscar financiamentos, desejam trabalhar em laboratórios por uma razão principal: a falta de consciência de que eles

---

<sup>1</sup> Primeira referência encontrada no Brasil sobre egressos de pós-graduação é de Velloso (2001).

poderiam ser valorizados em outros campos sociais além da pesquisa. Os possíveis empregadores de outros segmentos que não o acadêmico (empresas, organizações, instituições) tampouco parecem muito preparados para acolher este tipo de profissional que em geral já tem uma profissão antes do doutorado. O *plus* que pode oferecer deve ser valorizado, mas não raro traz problemas para a inserção do recém-doutor.

Mesmo formulada na França, a explicação de Bourdieu (2012), parece válida para o Brasil, onde mestres e doutores a espera de trabalho é recente, coloca problemas, pela escassa consciência das possibilidades do próprio doutor dos possíveis empregadores.

A CAPES, como órgão que fomenta e avalia a PG, poderia ocupar-se do destino dos egressos do sistema - caso eles não consigam posto de trabalho que permita aproveitar sua produção-formação estaria caracterizado desperdício de recursos. É possível trabalhem após a obtenção do título em espaços inadequados. Há incentivos recentes da CAPES para acompanhamento dos egressos pelos Programas.

Nossa pesquisa foca o aproveitamento dos resultados das pesquisas. A ideia de transferência de conhecimentos e tecnologia do meio científico para a indústria é previsto, incentivado-fomentado (MORAES; LEMOS; MACHADO, 2011) (CNPq, FINEP, CAPES, entre outras). Mas, estão preparados os egressos, empresas, instituições e organizações para receber este tipo de profissional que pauta suas ações por resultados de pesquisa próprias e de outrem? Para além da incerteza da inserção dos egressos em espaços de trabalho capazes de aproveitá-lhes as capacidades adquiridas na formação, outras preocupações se acumulam entre pensadores críticos que abordam a interface entre meio científico e mundo laboral.

## ***2. Resultados de pesquisas são importantes para quê e para quem? Ciência para gerar crescimento econômico e desenvolvimento social? Ou para gerar publicações para o circuito acadêmico-científico?***

Acreditamos na ciência para a progresso há bem mais de século! Entretanto, diversos tipos de questionamento e críticas vêm sendo feitos por pesquisadores a esta lógica considerada linear e reducionista, que entende que um país com ciência ativa, muitos pesquisadores investigando, transferência e aplicação de conhecimentos geram inovação tecnológica e, como consequência segura, crescimento econômico seguido de

desenvolvimento social. Este raciocínio é considerado por muitos analistas como falacioso, uma vez que pode haver aumento do PIB de um país, sem que necessariamente o desenvolvimento social decorra. Essa tese é exemplarmente trabalhada por André Gorz (2013). Tomamos aqui alguns de seus argumentos a partir de uma entrevista concedida aos Cadernos IHU Ideias (GORZ, 2013):

[...] nada garante que o crescimento do PIB aumenta a disponibilidade de produtos que a população necessita. Efetivamente, este crescimento responde, em primeiro lugar, à necessidade do capital e não às necessidades da população. Ele cria, muitas vezes, mais pobres e mais pobreza, favorecendo a minoria em detrimento da maioria, deteriorando a qualidade de vida e do meio ambiente em lugar de melhorá-la (GORZ, 2013).

Ciência avançada, inovação tecnológica impulsionam o crescimento do PIB. Porém, não há garantias de que tal crescimento se transforme em melhorias da qualidade de vida das populações. Ao titular mestres e doutores a PG está tratando de fomentar a primeira parte desta afirmação. Mas, quem se ocupa da segunda? Em um PPG titulamos mestres e doutores, mas pouco debatemos sobre o destino de nossos egressos. Como se o futuro fosse um problema exclusivamente pessoal.

Enquanto integrantes de PPGs, preocupamo-nos, em primeiro lugar, em responder à avaliação da CAPES, em aumentar a nota do PPG onde atuamos, em produzir *papers* e publicá-los nos periódicos bem classificados no sistema Qualis de avaliação de periódicos, em cumprir prazos e obter financiamentos. Titulamos o número esperado de mestres e/ou doutores e concluímos a tarefa. Confiamos que o titulado, defendida sua tese-dissertação, desenvolverá um trabalho qualificado onde for que se insira: saberá o que fazer.

Os dispositivos da CAPES para avaliar cursos e formações parecem estar demasiado autocentrados (assentados no próprio sistema), caracterizando um circuito endógeno; avalia-se a formação até a defesa, mas não o seu impacto quando perdem o vínculo com o PPG. O sistema de acompanhamento de PPGs e avaliação implementado pela CAPES envolve plataformas tecnológicas complexas e ação de comissões formadas por ‘pares’, bem como procedimentos de custo elevado. Contudo, apesar da sofisticação dos dispositivos implementados pela CAPES, os tempos e espaços pós defesa de tese ou dissertação, ou seja a trajetória profissional dos egressos da PG é ainda pouco acompanhada e pouco conhecida. Encerrado o período de formação, de dois ou quatro anos, pouco se sabe sobre o sucesso ou fracasso do titulado, sobre as dificuldades

e conquistas dos egressos da PG. Este desconhecimento implica também em ignorar o impacto dos investimentos do país na formação de mestres e doutores.

Consta nas estatísticas aumento do número de mestres e doutores. Mas, continuam eles pesquisando? Quem aproveita os resultados de suas pesquisas, isto é, do trabalho dos pesquisadores? Se estes resultados permanecem no circuito exclusivamente acadêmico-científico poderíamos considerar que há desperdício?

São questões que precisam de reflexão e também de debates durante a própria formação. Sem tais discussões, que envolvem a responsabilidade e o papel social do trabalhador pesquisador (MACHADO; BIANCHETTI, 2011), será que estamos preparando os egressos para atuar nas frentes de trabalho requisitadas por nosso imenso país?

A avaliação da PG vem sendo sistematicamente questionada em vários aspectos: critérios iguais para PPGs instalados em contextos culturais e econômicas muito diversos; impacto e qualidade da produção medida prioritariamente pelo ‘impacto’ da classificação dos periódicos (se internacional, se em inglês tem maior valor). Será que uma pesquisa realizada em dos mais de cinco mil municípios brasileiros publicada na Inglaterra teria interesse para comunidades de outros países? Não seria importante que pudesse ser lida no próprio local (região e país) para ser aproveitada? É bem possível que a publicação em um livro ou caderno distribuído nas bibliotecas escolares locais/regionais favorecesse o acesso a tais resultados de pesquisa por quem precisa deles de maneira mais imediata para promover mudanças e melhorias.

Afinal: o que devemos entender por impacto das produções resultantes das pesquisas? Que os resultados sejam aproveitados onde se tornam úteis para transformações voltadas para o bem comum ou para gerar boas notas para os Programas? Quem afinal está verdadeiramente se beneficiando do esforço do trabalhador pesquisador? Que setores da sociedade?

Setores empresariais de algumas áreas altamente competitivas, especialmente nas áreas que envolvem a grande indústria (farmacêutica, agropecuária, tecnológica de ponta, entre outras), globalizada e submetida a interesses de mercado de grande monta estão atentos aos resultados recentes de pesquisa. Nesses casos, quanto mais rápido for conhecido um resultado por pesquisadores distantes, teoricamente a função cumulativa da ciência será impulsionada. Em áreas como a medicina, biomedicina, por exemplo, a difusão ampla permitirá que mais rapidamente um grande laboratório produza um

medicamento e o comercialize auferindo lucros. Supostamente em benefício da saúde humana.

### ***3. Ciência para o bem comum ou o que entendemos por bem comum e por quê é importante pensá-lo no contexto da Pós-graduação?***

Mas, é preciso não se iludir pensando que este circuito funciona para o bem comum da humanidade, pois sabemos que as inovações são patenteadas e reservados os direitos sobre os produtos delas derivadas, que são disponibilizados para aqueles que podem pagar por eles. Apenas. O que caracteriza a privatização dos resultados da pesquisa científica. Estarão cientes os pesquisadores em formação e também os titulados destas questões? Fazem parte de sua formação? O acaparamento ou privatização da ciência está presente contemporaneamente e se constitui em grave problema. Na sequência da privatização de recursos naturais como a água, terras e florestas, o apoderamento das descobertas científicas, isto é, dos resultados do trabalho dos pesquisadores precisa ser combatido. Por isso a conscientização dos pesquisadores em formação a respeito destas problemáticas precisa ser introduzido. Caberia a própria CAPES introduzir estas questões, desde já, nos seus critérios de avaliação e mobilizações indutivas nos PPGs. Significa sair da visão endógena para avaliar as relações dos PPGs com os diferentes segmentos da sociedade, seus redutos de poder e também com relação às forças transnacionais.

Embora pese desde há séculos sobre a ciência, a expectativa de contribuição com a melhoria da vida das populações do mundo, de fato não é isso o que verificamos na atualidade. A discussão sobre a quem deve beneficiar a ciência, que em grande proporção é financiada por dinheiro público, ao menos no Brasil, ainda é insipiente e pouco difundida. Entender a ciência como bem público ou, então, como devendo obrigatoriamente servir ao bem comum pouco se apresenta na pauta de congressos. E menos ainda nas disciplinas da formação de Mestres e Doutores.

Aprofundando ainda mais a questão, difundir na pauta de formação de mestres e doutores o compromisso da ciência e do cientista com o bem comum (se há benefícios gerados pela ciência, estes devem beneficiar a todos). Ou ainda melhor, compromisso da ciência com a vida, já que contribuir para o bem de todos em detrimento de outras formas de vida do planeta, a longo prazo repercute como prejuízo para os humanos, como já se tem abundante consciência.

Levar em conta o que Otto Scharmer (2012) designa como “futuro emergente”, na sua teoria denominada Teoria U, parece importante no contexto da ciência e da pós-graduação, quando pensamos no impacto da pesquisa e do trabalho dos pesquisadores. É possível, considera este autor, identificar para onde estamos caminhando, o futuro que está emergindo, as implicações e consequências das formas de pensar e agir presentes, num futuro de curta duração. Este raciocínio pode ser aplicado ao caso das avaliações que pouco se voltam para o que está emergindo como consequência das práticas em curso: desconhecer, por exemplo, a realidade dos egressos da PG, a conexão ou desconexão entre o resultado de suas pesquisas e a sua atividade profissional.

Entre a obtenção do título e a possibilidade de utilizar os conhecimentos para gerar as transformações concretas indicadas como necessárias ou desejáveis nas pesquisas há um espaço vazio, um hiato, não apenas sem cobertura, sem orientação, mas também com poucos estudos e escassa reflexão, por isso mesmo difícil de ser transposto.

O incremento quantitativo de publicações e a ocupação de espaço pelo Brasil nos rankings internacionais de produção de *papers* não são sinônimo de impacto na sociedade, sobretudo se esperamos que as contribuições da ciência e do trabalho dos cientistas contribua para o bem comum. Assim como a ampla circulação de resultados de pesquisa no circuito acadêmico-científico não implica necessariamente em incidência nos setores da sociedade.

O egresso do *stricto sensu*, concluiu Varela (2011) em sua investigação, habita dois mundos distintos e ainda distantes em nosso país: a comunidade científica e o mundo do trabalho. Embora a CAPES estimule e tente induzir a criação de pontes entre essas duas importantes esferas da vida social, a tradição acadêmica das universidades mostra pouca vocação para vincular-se a setores produtivos. A recíproca é também verdadeira, com exceção das indústrias e empresas de ponta, cuja competitividade está na dependência das inovações tecnológicas, que por sua vez dependem da pesquisa científica. Nestes casos, as iniciativas e demandas vêm dos setores empresariais.

A discussão de fundo é já antiga, aparecendo, na tradição, na polaridade entre ciência pura e ciência aplicada, com tendência a desvalorização da última e preferência pela primeira. Essa tendência parece perpetuar-se nos dias atuais, embora ela pareça ter menos sentido, à medida que a vida cotidiana de todos está permeada por artefatos que derivam dos desenvolvimentos científico-tecnológicos. Nesse contexto, mestres e

doutores têm responsabilidade nessa mediação e constituem-se em atores sociais estratégicos na construção de canais de comunicação e cooperação entre ciência e sociedade.

Contudo, precisam refletir para além dos clássicos debates éticos e epistemológicos sobre as relações entre ciência e sociedade, pois cabe-lhes ser portavozes, não de uma neutralidade já em descrédito, mas da responsabilidade da ciência para com o bem comum, como dito antes, isto é, ciência para a melhoria da qualidade de vida, humana e do ambiente, bem como, na qualificação dos processos de trabalho e sociais.

Parece relevante que os resultados de pesquisas acadêmico-científicas cheguem às mãos e mentes daqueles que detêm as condições e o poder de tomar decisões de interesse público. Porém, esses resultados do trabalho dos pesquisadores estão disponíveis, basicamente, no circuito acadêmico-científico (em congressos e publicações), mas não necessariamente despertam interesse dos setores produtivos ou dos segmentos sociais do mundo do trabalho.

Outro obstáculo refere-se à linguagem especializada empregada nas teses, dissertações e publicações científicas e o próprio aprofundamento e detalhamento que lhes é característico. Os jargões disciplinares, as exigências teórico-metodológicas, a extensão dos trabalhos é incompatível com os tempos do mundo do trabalho, onde gestores e lideranças precisam tomar decisões rápidas e não dispõem de tempo para estudo, para leitura de relatórios e textos complexos que requerem assessoramento ou orientação para se chegar às conclusões aplicáveis no espaço profissional. Mediações e mediadores entre esses dois mundos faltam. E os próprios egressos da PG podem não ter consciência destas questões, por não serem tratadas durante a formação. Provavelmente eles próprios poderiam facilitar esta mediação se tivessem consciência dos entraves existentes entre esses dois mundos tão diferentes, mas que precisam um do outro.

Cada vez mais todo e qualquer trabalhador é exigido a voltar aos estudos. No caso de mestres e doutores a formação da PG prepara predominantemente para atuar no próprio sistema e pouco prepara para a inserção em espaços diversificados (instituições ou organizações) que requerem profissionais qualificados, mas não foram nem estão preparadas para receber este perfil de trabalhador, que pauta suas ações na pesquisa. As expectativas do próprio egresso e da instituição em geral não convergem (ALVES, 2008). Um descompasso é constatado tanto pelos egressos da PG como pelas empresas



ou outras organizações que não raro consideram o egresso da PG pouco prático. O diálogo não é de fácil mediação. Isto inclusive se verifica quando as instituições são universidades. (ALVES, 2008).

Apesar desses descompassos, cada vez mais o Brasil ganha visibilidade global como produtor de ciência e tecnologia e o pesquisador já caracteriza uma nova categoria de trabalhador que, entretanto, não conta com reconhecimento de sua especificidade.

É no contexto destas reflexões que urge mapear as instituições que estão formando esses egressos (etapa 1), saber quantos são, onde estão trabalhando e se estão utilizando os resultados de suas pesquisas no exercício da profissão. São etapas da pesquisa em curso, da qual este trabalho relatou a problemática e apresenta um início do mapeamento dos Programas de SC.

#### ***4. Observatório de egressos: resultados preliminares***

O mapeamento realizado resulta da articulação de técnicas quantitativas e qualitativas numa análise de dados, integrando múltiplas estratégias de pesquisa (ENNAFAA, 2008). Envolveu levantamento de dados junto a plataformas públicas *on line*: GEOCAPES<sup>2</sup> e sites dos Programas de Pós-graduação.

Alguns resultados preliminares que mapeiam a situação da pós-graduação no estado de SC, como localização, cobertura, interiorização, distribuição no território, apenas para contextualizar a continuidade da pesquisa que levantará a inserção profissional dos egressos da PG, com vistas a explicitar o impacto dos resultados de pesquisa na realidade, mediada pelo mundo do trabalho.

No Estado de SC funcionam 206 cursos de Pós-graduação (entre mestrados e doutorados) oferecidos por 15 instituições – 12 delas são universidades, uma é uma faculdade e dois são institutos. Uma é pública federal (UFSC, com mais de 50% dos PPGs catarinenses). Outra é estadual (UDESC), duas são consideradas municipais na classificação empregada no GEOCAPES (FURB e UNESC). As demais que mantêm PPGs são comunitárias. No sistema GeoCapes constam como particulares, mas de fato são públicas de direito privado e recentemente foram reconhecidas como comunitárias pelo MEC; há, entretanto, um processo de migração da tutela do Conselho estadual de

---

<sup>2</sup> GeoCapes: Trata-se de um aplicativo gráfico, denominado SIG (Sistema de Informações Geográficas) que exhibe no mapa informações da PG.

Educação, para o Conselho Nacional de Educação para que esse reconhecimento se efetive que, no nem todas as realizaram até

No visualizamos a desses PPGs e cobertura de estado de SC,

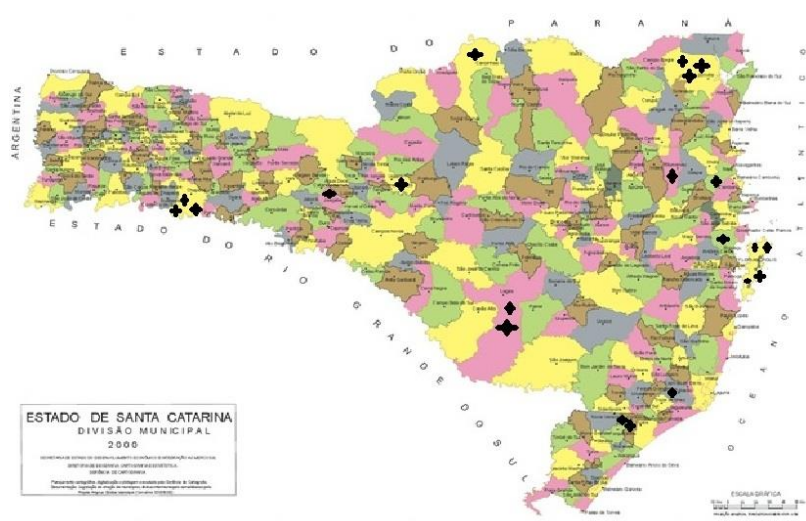
que a distribuição não está equilibrada, havendo uma intensa concentração de oferta na capital e no litoral.



caso de SC, universidades o momento.

mapa abaixo localização temos idéia da cursos no percebendo-se

### Municípios com Universidades que mantêm PPGs

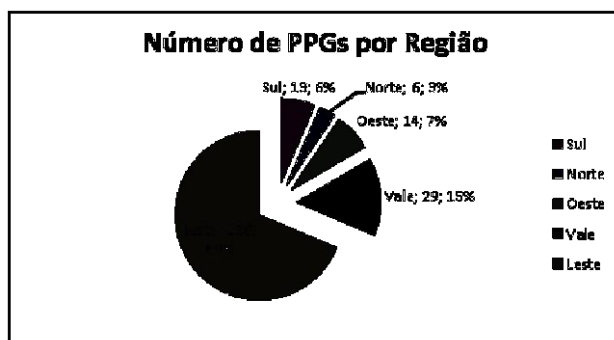


Vemos no mapa acima que são doze os municípios a oferecer cursos de PG em SC em treze universidades. Duas delas, justamente as públicas (federal e estadual) têm suas sedes na capital Florianópolis. Ambas têm *campi* em outros municípios, sendo que somente a UDESC oferece cursos de PG fora de sede: no município de Lages, a UDESC mantém cinco mestrados e dois doutorados na área de Ciências Agrárias. A distribuição mostra-se pouco equilibrada, seguindo tendência nacional: concentração nas capitais dos estados. O gráfico abaixo explicita essa distribuição dos PPGs.

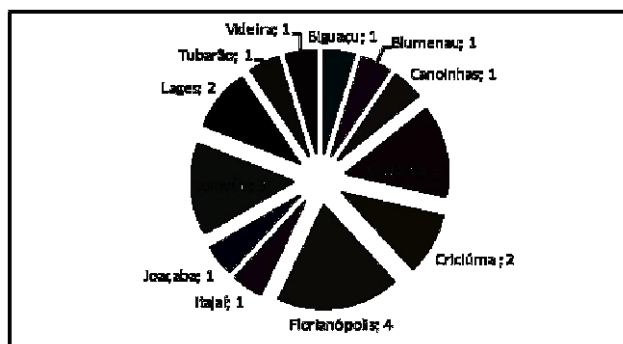
### Localização dos cursos de PG em SC: capital X interior

No gráfico abaixo podemos ver a concentração de PPGs (quase 70% na região leste, mais conhecida como litoral), seguida do Vale do Itajaí, região com intensa produção industrial e importante atividade portuária. Este gráfico, por um lado corrobora o anterior, detalhando-o.

Número de PPGs por região (SC)

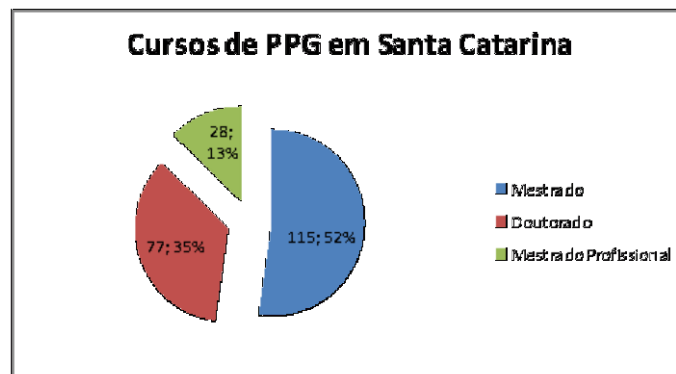


Número de universidades que mantêm PPGs por município em SC



Neste gráfico vemos que são 12 os municípios sede de universidades que ofertam PPGs.

Proporção de cursos de PG ofertados em SC por nível



Neste gráfico vemos que 65% dos cursos de PG ofertados no estado são de mestrado, havendo o dobro de mestrados acadêmicos do que profissionais. 35% dos PPGs mantêm também doutorados.

***Para fechar o trabalho e provocar o debate***

Procuramos explicitar a discussão de fundo da pesquisa, acrescentando alguns dados iniciais do mapeamento dos PPGs em SC. A temática mantém seu ineditismo, prevendo passos sistemáticos que permitirão construir, progressivamente, um banco de dados sobre esse campo pouco conhecido que é o trabalho dos egressos do *stricto sensu*: o que está sendo efetivamente feito pelos egressos, onde e até que ponto eles estão estabelecendo pontes entre o mundo acadêmico-científico e o mundo do trabalho, promovendo transformações na sociedade. Pretende-se contribuir com esta pesquisa para o autoconhecimento dos PPGs, permitindo tomar consciência do seu capital intelectual e potencializá-lo, trabalho que poderá dar um *feedback* para as lideranças que coordenam a PG brasileira e inspiram este nível de formação em outros países.

**REFERÊNCIAS [consultei a APA e as referencias tem esta formatação, com recuo]**

- Alves, V. M. (2008). *Formação e trabalho de pesquisadores em educação*. (Tese de Doutorado). Florianópolis: UFSC.
- BIANCHETTI, L; MACHADO, A. M. N. (2006) *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações*. (2.ed). São Paulo: Cortez.
- BRASIL. (2011) Coordenação de Aperfeiçoamento de Profissionais do Ensino Superior (CAPES). Brasil dobra número de mestres e doutores em dez anos. <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011>. Acesso 9/06/2011.
- BOURDIEU, P. (2012) Tradução Ione Valle. *O homo academicus*. Florianópolis: UFSC.
- ENNAFAA, R. *Les étudiants étrangers em France*. Enquête La Documentation Française, 2008.
- GORZ, A. (2013) A crise e o êxodo da sociedade salarial. *Cadernos IHU Idéias*.
- MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. A (2011) A (des)feticização do produtivismo acadêmico. *Revista de Administração de Empresas /FGV*, São Paulo, v. 51(3) 244-254.
- MORAES, K. N.; LEMOS, J. R.; MACHADO, A. M. N. (2011) *O papel do fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT)/ Educação/UFG*, vol. 36 (1).
- SANTOS, T. S. (2009) Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 11(21)120-156. Disponível no site [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 20/08/12.
- SCHARMER, O. (2012) *Théorie U: Diriger à partir du futur émergent*. Clermont Ferrand: Pearson/Génération Présence.
- VARELA, A. (2011) *Desenvolvimento e Formação Superior stricto sensu: o caso dos Mestres Egressos da Uniplac*. (Dissertação de Mestrado). Disponível em [http://www.uniplac.net/mestrado/dissertacoes/educacao/ABEL\\_VARELA\\_VersaoFinal.pdf](http://www.uniplac.net/mestrado/dissertacoes/educacao/ABEL_VARELA_VersaoFinal.pdf). Acesso em 22 de maio de 2012.
- VELLOSO, J.; VELHO, L. (2001) Mestrandos e doutorandos no país: trajetórias de formação. Brasília: CAPES.